

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE AGRONOMIA**

**EXTENSÃO RURAL E COMUNICAÇÃO NAS PROPRIEDADES FAMILIARES
DE UBERLÂNDIA: UMA ANÁLISE CONTEXTUAL.**

GLÁUCIA FERNANDA MARQUES

GABRIEL JOSÉ BARBOSA
(Orientador)

Monografia apresentada ao Curso de
Agronomia, da Universidade Federal de
Uberlândia, para obtenção do grau de
Engenheira Agrônoma.

Uberlândia – MG

Junho – 2005

**EXTENSÃO RURAL E COMUNICAÇÃO NAS PROPRIEDADES FAMILIARES
DE UBERLÂNDIA: UMA ANÁLISE CONTEXTUAL.**

APROVADO PELA BANCA EXAMINADORA EM ____/____/____

Prof. Gabriel José Barbosa
(Orientador)

Lísias Coelho
(Membro da Banca)

Murilo Mendonça O. de Souza
(Membro da Banca)

Uberlândia – MG
Junho - 2005

AGRADECIMENTOS

A JESUS CRISTO.

AOS MEUS PAIS: João Miguel e Alaide Lopes, pela paciência e amor.

IRMÃO: Gonçalves, pela compreensão.

SOBRINHOS: Wexley Miguel, Jackson Miguel e Gabryella Fernanda pela compreensão.

AOS FAMILIARES: Joana, Denise, Corina, Maria Auxiliadora, Vidolina, Eurípedes e Família, Ataídes, Clóves, Maria Augusta, Líbia, Naurieth, Alessandra, Kellen, Karen, Elisete e Outros que sempre me deram atenção e ajuda.

AOS AMIGOS: Fernanda Franco e Família, Kelly Leite e Família, Marco Aurélio, Carlos Henrique, Gracielli, Gercimara e Outros, pela atenção e ajuda.

AO MIEP: Ministério Internacional do Evangelho Pleno, pelo apoio Espiritual.

AO MEU ORIENTADOR: Professor Gabriel José Barbosa pelos ensinamentos, disponibilidade, orientação e atenção.

AO PROFESSOR: Joaquim Antônio de Carvalho pelo incentivo.

ÍNDICE

RESUMO	4
1. INTRODUÇÃO	6
2. REVISÃO DE LITERATURA	12
3. MATERIAL E MÉTODOS	17
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
5. CONCLUSÕES	30
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32
ANEXO	34

RESUMO

A melhoria da qualidade de vida com base na educação informal do homem do campo é uma questão que prolonga-se das primeiras missões americanas no final da década de 1940 ao contexto atual da agricultura familiar brasileira. O início das políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) ocorreu em 1949 com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais. O instrumento que implementaria uma nova dinâmica à agricultura familiar era o crédito rural e o acompanhamento técnico para garantir que esses recursos fossem corretamente direcionados. Entretanto, as políticas da ATER conheceram diferentes realidades desde sua implantação tendo, na década de 1970, seu período de maior importância e crescimento. Porém, com o fim do crédito subsidiado e as reformas do Estado a partir da década de 1990, o serviço de Extensão Rural é submetido a uma operação de desmonte, notadamente com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em 16 de março de 1990, no governo Fernando Collor de Mello. Uma pesquisa foi realizada em Uberlândia com a finalidade de entender o contexto e as perspectivas da Extensão Rural, tendo em vista que o serviço tem importância fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar. Uma atenção especial foi dedicada a investigar a eficiência dos sistemas de Comunicação Rural, enfatizando o aspecto educacional e informativo, na tentativa de identificar a capacidade de provocar mudanças, assim como apontar as limitações em receber e adotar novas técnicas de produção por parte dos produtores. Foi elaborado um roteiro semi-estruturado e aplicado em 40 propriedades (na região do Alto Araguari) de 09 a 13/02/2005 abordando questões relacionadas à estrutura sócio-econômica dos produtores, comunicação, transferência e validação de

tecnologias, presença do serviço de extensão. Os dados foram organizados e interpretados, possibilitando verificar os objetivos propostos. De forma sucinta, o serviço público de Extensão Rural configura-se como um processo pontual de transferência de tecnologia, confrontando-se com a demanda pluriativa da ATER para agricultura familiar. A comunicação tem importância reconhecida entre os produtores; entretanto seu uso como recurso para melhoria da produção é bastante limitado. Neste sentido, faz-se necessário uma revisão das estratégias de desenvolvimento, entendendo que é preciso haver um trabalho complementar entre os órgãos da ATER, com participação efetiva dos produtores e respaldo público, via incentivo financeiro e educação, garantindo a inclusão social e melhor qualidade de vida nas propriedades familiares de Uberlândia.

1 – INTRODUÇÃO

A melhoria da qualidade de vida com base na educação informal do homem do campo é uma questão que prolonga-se das primeiras missões americanas no final da década de 1940 ao contexto atual da agricultura familiar brasileira. Baseado no modelo das Land Grant Colleges¹ e a Farm Security Administration² o serviço de extensão rural no Brasil iniciou por intermédio de um acordo entre o governo de Minas Gerais e a American International Association (AIA) coordenada por senhor Nelson Rockefeller, o mensageiro do extensionismo no Brasil. A proposta era o desenvolvimento da família rural e a melhoria da qualidade de vida a partir da implantação de programas públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com introdução de novas técnicas produtivas e organização da economia doméstica³.

¹O serviço de extensão rural nos EUA foi impulsionado pelo Land Grant College Act em 1862 nos EUA, que transferiu às universidades americanas a responsabilidade de ensinar aos agricultores os resultados das pesquisas e a implantação da agricultura mecanizada.

²Farm Security Administration foi uma divisão especial do modelo Farm Home Administration aplicado por Roosevelt para amenizar os efeitos da crise americana de 1929, quando assumiu o governo em 1932. Essa organização foi criada para garantir crédito aos produtores cujas solicitações teriam sido recusadas pelas instituições bancárias, de acordo com os processos normais. Antes de ser concedido o empréstimo um técnico da administração local estudava o problema com o agricultor e verificava qual o melhor emprego para os fundos concedidos; após a liberação do empréstimo o mesmo técnico fiscalizava a aplicação a fim de assegurar que o dinheiro estava sendo usado segundo o plano traçado.

³As ações iniciais das empresas públicas de Ater eram desenvolvidas dentro do modelo que combinava o trabalho de um agrônomo e uma professora com um Jeep, levando conhecimentos relacionados à produção, saúde e educação aos mais distantes rincões.

As primeiras iniciativas de ATER procuraram difundir o extensionismo em São Paulo, mas deparou-se com uma forte oposição articulada pela Nestlé, empresa já instalada no Estado paulista. Esse entrave ao serviço junto com a constatação de um grande número de imigrantes mineiros no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro redirecionaram a implantação da ATER e em 1949 a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) começou suas atividades em Minas Gerais. O instrumento que implementaria uma nova dinâmica à agricultura familiar era o crédito rural e o acompanhamento técnico para garantir que esses recursos fossem corretamente direcionados.

As políticas de ATER, no entanto, conheceram diferentes realidades desde sua implantação, Ribeiro (2000) destaca que o extensionismo possui muitas facetas e configurou-se como um serviço público peculiar, oscilando entre assistência técnica e a ação pedagógica. No que se refere à implantação da Extensão Rural, Fonseca (1985) destaca que é importante a análise de dois aspectos da época: o primeiro trata da preocupação das elites com a educação rural para conter a migração e o esvaziamento do campo, e o segundo é o desempenho do setor agrícola pós 1930, quando a indústria torna-se o eixo do desenvolvimento e os custos com a alimentação não poderiam ser motivo de reajuste de salários dos trabalhadores. No aspecto da modernização a autora afirma que é necessário considerar as diferenças entre a situação da agricultura americana e a mineira. Enquanto nos EUA os pequenos agricultores, dado ao seu modo de organização não feudal, puderam passar sem rupturas radicais de camponeses a pequenos capitalistas; no Brasil, mais especificamente em Minas essa transformação exigiria o rompimento de toda estrutura agrária herdada da organização social da colônia.

A agricultura brasileira foi intensamente reformulada a partir da década de 1960 com a Revolução Verde⁴. Esta transformação, mais a formação dos Complexos Agroindustriais⁵, junto com as variações no contexto macroeconômico, são elementos fundamentais para explicar a participação do setor no conjunto da economia, assim como os arranjos produtivos estabelecidos desde a adoção do pacote tecnológico até a abertura comercial e financeira do país nos anos 90. A implantação de um novo padrão produtivo foi assegurada por um conjunto de medidas, dentre as quais a institucionalização do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR, 1965), criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 1973) e Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER, 1975) que tiveram participação fundamental em gerar e transferir conhecimento para o meio rural. A combinação destes fatores com as políticas de preços mínimos⁶, seguro da produção e a internacionalização da produção de máquinas e insumos promoveram um amplo ajuste na produção, possibilitando que a agricultura brasileira conquistasse, nos últimos 30 anos, a liderança na produção mundial das principais commodities. No período de meados de 1960 até 1990 o trabalho de extensão atendia principalmente o produtor capitalizado.

⁴ A Revolução Verde foi a transformação da base técnica da agricultura tropical a partir da intensificação do uso de capital através da adoção do pacote tecnológico de melhoramento genético, utilização massiva de insumos químicos, assim como automação das operações de produção através da mecanização.

⁵ De acordo com Graziano (1996) o setor agrícola nacional se reestrutura a partir da integração à indústria e a formação dos complexos agroindustriais, com suas dinâmicas específicas e interligadas aos setores industriais fornecedores de insumos e processadores de produtos agropecuários.

⁶ Garantia de preços agrícolas pelo governo. O preço mínimo reporia custos envolvidos na produção e ainda uma pequena margem. Em circunstâncias de preços de mercado muito baixos, o preço mínimo funcionaria como um seguro de preços.

As empresas públicas contribuíram significativamente para o crescimento da agricultura nacional, com destaque para o trabalho da EMBRATER e o processo comunicativo, sempre envolvido por um senso de valor educativo, prestação de serviços e busca de parceria e relacionamento. Na etapa de transformação da agricultura a rádio difusão exerceu um papel de importância fundamental. Talvez, pela acessibilidade econômica e simplicidade de transmissão, esse recurso tenha sido a mola propulsora da comunicação rural no Brasil. Posteriormente, com o advento da televisão, a população urbana começa a conhecer melhor o meio rural através da veiculação de imagens, o que até hoje assegura o saudosismo do campo, guardado na memória de uma população desordenadamente urbanizada e com sólidas raízes no meio rural.

Entretanto, a Comunicação Rural guarda uma espécie de deficiência quando analisada em relação à diferença entre os produtores que tem acesso aos meios mais especializados e de melhor qualidade de informação e aqueles que dependem quase que exclusivamente do sistema público de Extensão Rural. Pesquisadores como Braga e Kunsch (1993) apontam falhas entre o discurso e a prática da comunicação no que se relaciona ao ajuste da difusão de tecnologias e a natureza da situação da maioria dos agricultores.

No âmbito do processo de comunicação o planejamento precisa estar relacionado com a realidade do público que pretende se alcançar. Neste sentido, características pessoais e sociais, assim como o tempo de difusão, são fatores relevantes. A importância do tema é a conscientização junto aos produtores de que os programas voltados para o meio levam informações de forma rápida, sendo que estas podem ser úteis para atividades já

implantadas ou até diversificação da produção. Tais melhorias podem modificar a sua propriedade aumentando, a lucratividade e melhorando a qualidade de vida do produtor.

O desmantelamento da ATER agravou o problema da produção familiar, sobretudo, nas propriedades que, por diversos fatores, não conseguiram integrar-se ao complexo agroindustrial. Para Alentejano (1997) os produtores descapitalizados sofreram um processo de diferenciação social, sendo que uma parte das famílias foi expropriada e passou a compor a massa de assalariados permanentes ou temporários, rurais ou urbanos. Do ponto de vista sócio econômico o abandono da agricultura familiar é perverso, já que esta, segundo o censo agrícola 95/96 IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) responde por 40% da produção brasileira, Marco (1997). Além disso, Francis e Bernardo (2000) alertam que por fazer uso de sistemas intensivos de produção, a agricultura familiar permite a manutenção de quase sete vezes mais postos de trabalho por unidade de do que a patronal (Tabela 1).

Tabela 1: Número de propriedades rurais, área e valor bruto da produção.

Categorias	Propriedades Rurais		Área Total		Valor Bruto da Produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 Reais	%
Total	4.859.864	100,0	353.611.242	100,0	47.796.469	100
Total Familiar	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	38
Maiores rendas	406.291	08,4	24.141.455	06,8	9.156.373	19
Renda média	993.751	20,4	33.809.622	09,6	5.311.377	11
Renda baixa	823.547	16,9	18.218.318	05,2	1.707.136	3,6
Quase sem renda	1.915.780	39,4	31.599.055	08,9	1.942.838	4,1
Patronal	554.501	11,4	240.042.122	67,9	29.139.850	61
Instituições Religiosas	7.143	0,10	262.817	00,1	72.327	0,2
Entidades Públicas	158.719	3,30	5.529.574	01,6	465.608	1,0
Não Identificado	132	0,00	8.280	00,0	960	0,0

FONTE: Revista Panorama Rural OUT.2003.

Com o fim do crédito subsidiado e as reformas do Estado a partir de 1990, o serviço de Extensão Rural é submetido a uma operação de desmonte no qual a EMBRATER é extinta em 16 de março daquele mesmo ano, no governo Fernanda Collor de Mello, sob a alegação de que a entidade transferia recursos para as empresas estaduais. No mesmo ano é extinto o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER), ficando cada estado responsável pelo serviço em seu estado.

Entre as causas da fragilidade da agricultura familiar brasileira a limitação da ATER é um dos principais pontos de estrangulamento. Uma pesquisa foi realizada em Uberlândia com a finalidade de entender o contexto e as perspectivas da Extensão Rural, tendo em vista que o serviço tem importância fundamental para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Dentro desta análise uma atenção especial foi dedicada ao investigar a eficiência dos sistemas de Comunicação Rural tais como: programas, vídeos explicativos, periódicos; enfatizando o aspecto educacional e informativo como o acesso a novos conhecimentos para aperfeiçoar métodos e técnicas agrícolas; na tentativa de provocar mudanças no que diz respeito a aumentar a produtividade e a renda; assim como apontar as limitações em receber e adotar (despertar interesse) novas técnicas de produção por parte dos produtores familiares da região.

2 – REVISÃO DE LITERATURA

A modernização da agricultura mundial consolidou-se a partir da década de 1960 com a implantação do modelo hegemônico da Revolução Verde. No Brasil, o período caracterizou-se pela implantação de um sistema de produção quantitativo e financiado pelo capital externo, que indiretamente submeteu a agricultura nacional à compra de um pacote tecnológico elaborado por empresas estrangeiras para países de clima temperado. O sistema exigiu uma expansão territorial e a adoção de um novo modelo produtivo. Graziano (1996) afirma que essa transformação foi responsável pela caificação, ou seja, modificação da agricultura em função das indústrias à sua montante e a jusante para, assim, se adaptar às exigências dos complexos agroindustriais.

A modernização da agricultura reorientou o trabalho da ATER que passa da metodologia do crédito rural supervisionado, para o crédito orientado, na tentativa de inserir a produção familiar no segmento moderno da agricultura Villela (2004) destaca que o ponto fundamental foi a organização do sistema nacional de pesquisa e extensão agropecuária, EMBRAPA e EMBRATER, com a finalidade de gerar e transferir conhecimento para o meio rural.

A evolução do sistema de comunicação rural e a intensificação de seu uso como forma de difusão de inovações para o campo tiveram seu desenvolvimento associado ao ritmo das mudanças do sistema produtivo a partir da Revolução Verde. No período antecedente à disponibilidade e a transferência de tecnologia a comunicação rural foi bastante limitada, visto que era fundamentalmente pessoal (boca a boca).

Com a modernização do campo, marcada pela integração da agricultura ao complexo industrial, tornou-se necessário à ampliação e o aperfeiçoamento dos sistemas de comunicação, buscando educar e informar o homem do campo, assim como, fortalecer as relações entre o campo e a cidade.

Na década de 1990, com a abdicação do controle da agricultura pelo Estado, empresas de capital estrangeiro investem em marketing e propagandas, como a da Parmalat, observada por Mégido et al. (2000) como uma dedicação consciente de criação de marca em curtíssimo espaço de tempo junto ao consumidor urbano.

Atualmente encontra-se um conjunto de meios de comunicação, incluindo os clássicos como o rádio, televisão, jornais e revistas além dos novos recursos como as exposições agropecuárias, publicações de fabricantes e fornecedores das agroindústrias, dias de campo, reuniões técnicas nas propriedades, palestras e depoimentos. Importantes eventos nas comunidades do interior têm expressividade internacional atraindo mais bens e serviços para o meio rural. Na era da globalização surgem no cenário do agronegócio: o teleshopping e o comércio eletrônico de última geração.

No contexto da modernização, a comunicação rural teve grande importância como mecanismo de geração e transferência de novas tecnologias. A Comunicação Rural é definida por Oliveira (1997) como o conjunto do fluxo de informações, de diálogo e de

influência recíproca existente entre os componentes do meio, e entre eles e outros setores afetados pelo funcionamento da agricultura ou interessados na melhoria da qualidade de vida no campo. O serviço de extensão rural realizou diversos trabalhos utilizando os meios de comunicação; os programas elaborados utilizavam recursos materiais (folhetos, cartazes, álbum seriado) no intuito de levar novas técnicas de produção, através de um processo educativo. Esse trabalho foi gradualmente reforçado pelo uso dos Meios de Comunicação em Massa (MCM) que modificaram substancialmente as tendências do sistema de comunicação.

Apesar do desenvolvimento do sistema de comunicação rural, o Brasil ainda padece da distância entre o produtor e os resultados de pesquisas, sobretudo em relação aos menos capitalizados. Isto pode ser atribuído, em parte, aos baixos níveis de escolaridade que limitam a aplicação de determinados programas e ainda, dificultam uma avaliação econômica e social da importância de uma boa informação. Além disso, de forma geral o nível de ambição do camponês é baixo e a informação recebida é subvalorizada como foi observado por Araújo (1994).

Uma das maiores preocupações dos produtores é decidir que tipos de atividade vão exercer de forma a garantir sua permanência na atividade. Nesse sentido, as opções apresentados nos MCM podem ajudar a fazer esta escolha que é crucial para sua permanência na propriedade. Neste ponto de vista, Araújo (1994) destaca que comunicar com o mercado rural é comunicar com a diversidade, já que o principal objetivo da comunicação rural é levar informações estruturadas ao produtor rural, para integrá-lo de forma competitiva ao ambiente econômico e permitir o seu desenvolvimento como agente econômico. Enfrentar o problema do pequeno produtor e a agricultura de subsistência é

importante ao analisar todos os elementos do sistema, especialmente o mercado. O produtor deve estar atento às modificações constantes e os MCM têm o papel de apresentar essa informação.

Os pequenos produtores convivem com outros, de baixo ou médio nível tecnológico e administrativo, cuja sobrevivência econômica está cada vez mais ameaçada, Araújo (1994). Com o baixo nível tecnológico ou não, as dificuldades econômicas são enfrentadas igualmente e, com base nessas observações, os meios de comunicação estão tentando se adequar a cada nicho de mercado. A obrigação de se privilegiar as pequenas propriedades se traduz principalmente na intenção de transferir técnicas e inovações a esse segmento, que não dispõe de recursos para contratação de serviços junto à iniciativa privada.

Na visão de Mendes et al. (1999) o homem do campo no Brasil pode ser caracterizado, em sua maioria, como um indivíduo carente de informações, e que não teve a oportunidade de acesso adequado à educação informal.⁷

De acordo com Araújo (1994), o processo de comunicação e planejamento precisam estar relacionados com a realidade do público que pretende se alcançar. Neste sentido, fatores como características pessoais e sociais, assim como o tempo de difusão são fatores relevantes. A importância do tema é a conscientização junto aos produtores de que os programas voltados para o meio levam informações de forma rápida, sendo que estas podem ser úteis para atividades já implantadas ou até diversificação da produção. Tais melhorias podem modificar a sua propriedade, aumentando a lucratividade e melhorando a qualidade de vida do produtor.

⁷ É aquela educação que se realiza através de instituições (Igreja, Empresa, Lar) cuja finalidade principal não seja educar.

Ainda, segundo Araújo (1994), o principal objetivo da comunicação rural é o de levar informações estruturadas ao produtor rural, de forma a integrá-lo, de maneira competitiva ao ambiente econômico e permitir o seu desenvolvimento como agente econômico.

3 – MATERIAL E MÉTODOS

O estudo inicia-se a partir da participação nas reuniões mensais dos conselhos municipais de desenvolvimento rural em Uberlândia. Nestas oportunidades foi possível perceber por intermédio dos representantes que o serviço público de Extensão Rural tem alcançado a agricultura familiar do município de forma limitada. A partir desta hipótese foi realizado um estudo informal sobre o contexto da agricultura familiar, em Uberlândia, através de conversa com técnicos e diretores da secretaria municipal de agricultura junto com uma pesquisa bibliográfica. A etapa seguinte foi a proposta do estudo junto aos presidentes dos conselhos, sendo solicitado aos mesmos o esclarecimento aos produtores sobre as visitas para as entrevistas. A partir destes contatos foi delimitada a área a ser trabalhada, em que predominavam pequenas propriedades . Foi elaborado um roteiro semi-estruturado (Anexo I) para coleta de dados para a análise. As entrevistas foram feitas individualmente com os produtores, em suas propriedades, no período de 09 a 13/02/2005 na região do Rio Araguari. Eles foram questionados quanto à estrutura sócio-econômica, comunicação rural, transferência e validação de tecnologias, participação e assistência técnica, organização meio ambiente e saúde. Foram feitas 40 entrevistas, número

determinado em função da semelhança entre as opiniões e respostas dos produtores, ou seja, abordou todo um universo (extremos) de opiniões e respostas por parte dos produtores entrevistados. Os roteiros foram avaliados, os dados foram organizados e interpretados, estimando as porcentagens de respostas para cada item avaliado, o que levou ao diagnóstico aqui representado.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

A área média das propriedades é de 28,05 hectares enquadrando-as na categoria de pequenas propriedades, de acordo com a classificação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para a região. A distribuição melhor detalhada pode ser vista na Tabela 2.

Tabela 2: Área das propriedades dos produtores entrevistados.

ÁREA (ha)	Nº PROPRIEDADES	%
00-15	16	40,0
15-30	07	17,5
30-45	06	15,0
45-60	05	12,5
60-75	06	15,0
Total	40	100

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

A distância das propriedades até o município está dividida em classes (Tabela 3), sendo que as estradas vicinais que interligam estas propriedades ao município ou as rodovias pavimentadas, de forma geral, apresentam-se bem conservadas. Na parte de infraestrutura todas as propriedades são eletrificadas, sendo que 85% já possuem aparelho

telefônico celular. Esses aspectos são relevantes porque possibilitam uma melhor dinâmica do processo de comunicação.

Tabela 3: Distância do município das propriedades rurais.

DISTÂNCIA (Km)	N° PROPRIEDADES	%
02 – 09	09	22,5
09 – 16	09	22,5
16 – 23	13	32,5
23 – 30	04	10,0
30 – 37	05	12,5
Total	40	100

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

Em relação à posse da terra, predominam as áreas próprias, com 80%, seguida por áreas arrendadas, com 13,0 % da amostra e por último as alugadas com 8,0 %. Como ilustrado na Figura 1. Entre as 32 áreas próprias sete tiveram acesso através de compra, dezoito apenas por herança familiar, quatro por ligação de herança mais partes compradas e três por outras vias como, por exemplo, doações de pequenas áreas por proprietários aos empregados após anos de trabalho.

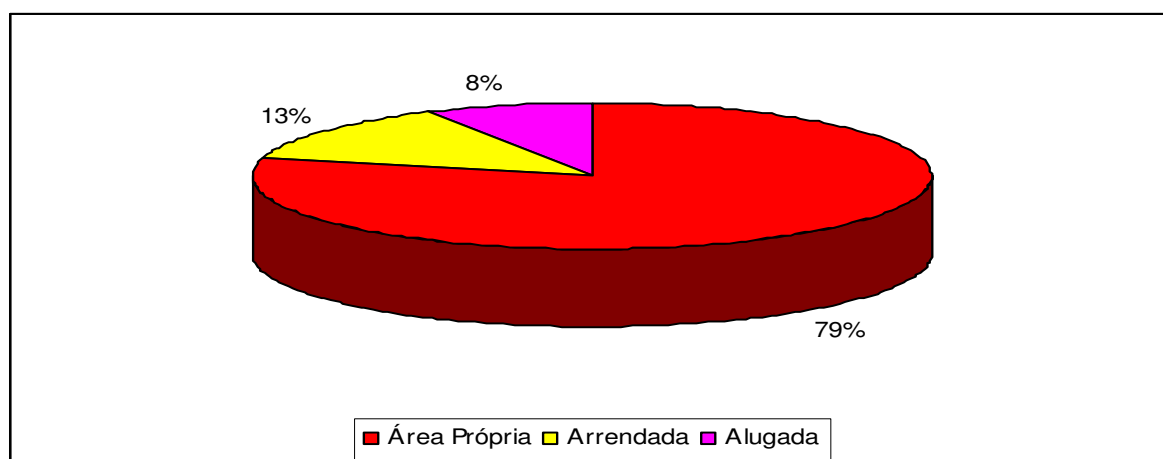


Figura 1: Condição da posse da terra dos produtores entrevistados.

Quase três quartos dos produtores encontra-se na faixa etária de 40 a 60 anos (Tabela 4). Esse fator é motivo de alerta, uma vez que indica envelhecimento da população e perda de força de trabalho no campo.

Tabela 4: Idade dos agricultores entrevistados.

IDADE (ANOS)	Nº ENTREVISTADOS	%
00 – 25	01	02,5
25 – 40	06	15,0
40 – 60	28	70,0
60 – 80	05	12,5
Total	40	100

FONTE: Pesquisa de campo, 2005.

Por outro lado, a frequência de produtores jovens, desempenhando as funções principais de um chefe de propriedade é baixa. Essa é uma tendência da agricultura brasileira que, assim como nos países desenvolvidos, enfrenta problemas com o esvaziamento do campo e envelhecimento da população rural. No caso do Brasil esses efeitos são potencializados pela baixa lucratividade das atividades, isolamento social da vida no campo, trabalho diário em condições adversas e a baixa qualidade de vida, em termos de saúde, educação e moradia, dentre outros. Pimentel (2003) diz que na última década cerca de 400 mil famílias se deslocaram do campo para a cidade. O fato fez com que a necessidade de investimentos em saúde, educação, infra-estrutura e segurança crescesse muito; e também detectou que algumas famílias continuam no campo, mas a sua parte que poderia inserir novidades, dar força, formada pelos jovens, estão saindo destes locais. Ficam na agricultura familiar apenas uma parcela de crianças e pessoas mais idosas.

Em relação ao nível de escolaridade, a maior parte dos entrevistados cursou apenas o ensino fundamental. Alguns concluíram o ensino ginasial e médio e outros que por

diversos motivos interromperam sua vida acadêmica durante estas etapas. Nas extremidades da classificação estão os 7,5% não alfabetizados e a ausência de produtores com formação superior (Tabela 5).

Tabela 5: Nível de escolaridade dos agricultores entrevistados.

NÍVEL	N°	%
Analfabeto	03	07,5
1ª a 4ª série – 1º Grau	15	37,5
5ª a 8ª série – 1º Grau	13	32,5
2º Grau incompleto	04	10,0
2º Grau completo	05	12,5
Total	40	100

FONTE: Pesquisa de Campo, 2005.

A renda média familiar mensal é um atributo de difícil mensuração. Essa questão agrava-se principalmente entre os produtores de hortaliças cujos preços variam em até 300% em uma mesma semana no CEASA. A Tabela 6 mostra a renda por categorias, de acordo com a informação dos próprios agricultores.

Tabela 6: Renda familiar mensal dos agricultores entrevistados.

RENDA R\$	N°	%
Até 250,00	03	07,5
250,00 - 500,00	07	17,5
500,00 – 1.000,00	08	20,0
1.000,00 - 2.000,00	07	17,5
Mais de 2.000,00	04	10,0
Não Informou	11	27,5
Total	40	100

FONTE: Pesquisa de Campo, 2005.

No roteiro foi avaliado que, devido à diversidade de programações e canais o meio de comunicação mais utilizado pelos pequenos produtores para adquirir informações e entretenimento é a televisão, seguida pelo rádio, jornais escritos, revistas, boletins técnicos

e internet, Figura 2. As informações divulgadas mais importantes para os produtores rurais foram: previsão do tempo, manejo, cotações de preços (mercadorias, arroba e saca), genética, tecnologia no campo, orientação técnica (agricultura e pecuária).

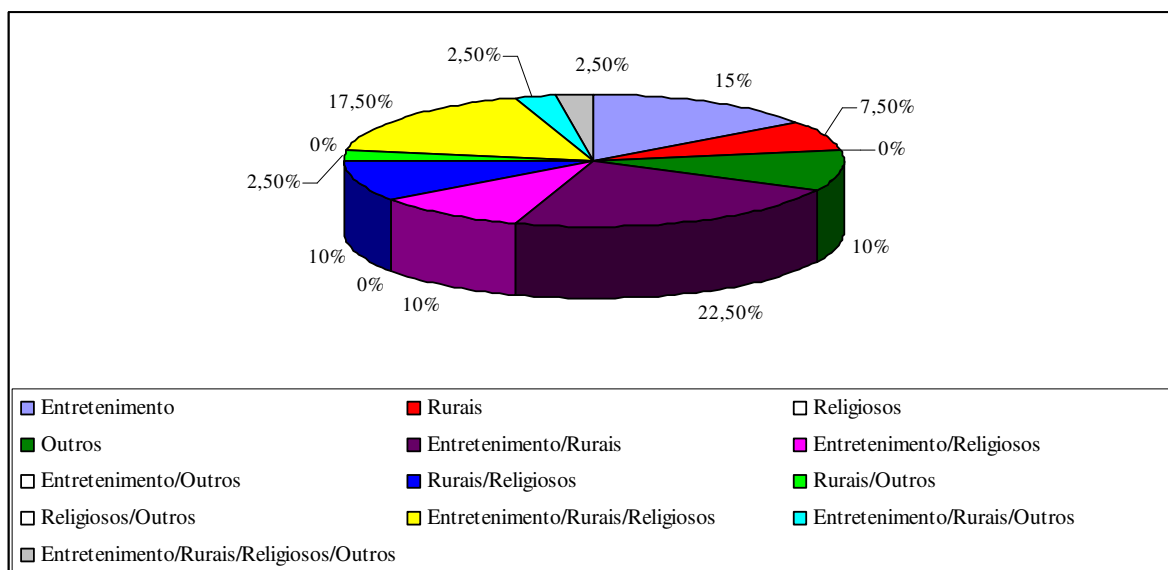


Figura 2: Utilização dos meios de comunicação pelos entrevistados e familiares.

Os produtores também adquirem informações através de conversas com os amigos que dividem as mesmas experiências no campo e também em lojas de produtos agropecuários.

No item transferência e validação de informação técnica foram avaliadas o entendimento do que se vê na televisão, ou que o técnico explica, cerca de 77,5 % diz entender e compreender a linguagem e a outra parte não compreende, pois acham a linguagem técnica complexa demais, dificultando o entendimento. Dos entrevistados 52,5 % já mudaram alguma técnica de trabalho ou iniciaram alguma atividade a partir da transferência de informação técnica. Dentre estes 47,5 % adotam estas sem ver os resultados na prática.

Sobre a participação e assistência técnica a metade dos entrevistados disse freqüentar eventos como dias de campo, palestras técnicas e encontro de produtores. Contudo, 45% deles não participam e 5% dizem já ter participado, porém não se lembram quando isso aconteceu pela última vez (Figura 3).

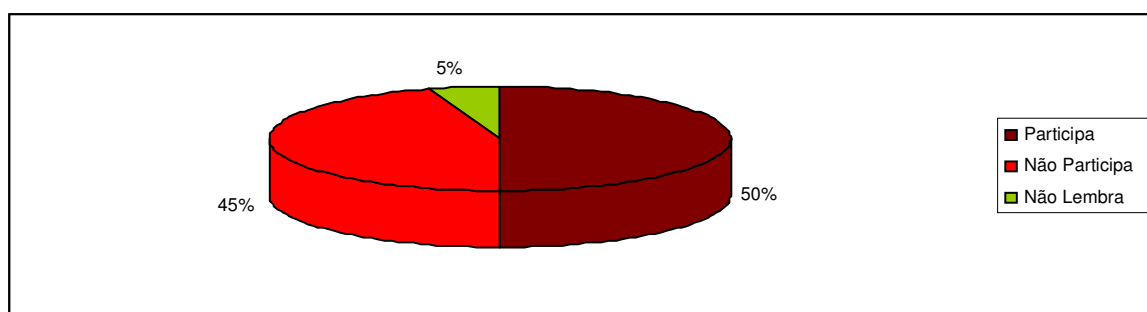


Figura 3: Participação e assistência técnica aos produtores entrevistados.

No item relacionado à participação e assistência técnica, os entrevistados que participam consideram que estes eventos são ótimas oportunidades para aprenderem novas técnicas a serem implantadas em suas atividades. Alguns alegam que “conhecimento não ocupa espaço, e compartilhar experiências é sempre um bom negócio”. De forma geral esses produtores são bastante receptivos e tem tranquilidade para falar sobre as questões que constam no roteiro. Durante as entrevistas eles também questionam, uma vez que os entrevistadores são professores e alunos de cursos de Ciências Agrárias. Os produtores menos freqüentes em eventos também recebem bem os entrevistadores, apesar de apresentarem menos facilidade para responderem os roteiros. A limitação quanto a essa participação é atribuída aos problemas de falta de tempo, dificuldade de locomoção e falta de aviso. Porém, é possível perceber que para esses produtores a importância do conhecimento como instrumento de trabalho é subvalorizada, sendo subjugada em relação às tarefas em suas propriedades.

Um outro item da análise diz respeito à avaliação da transferência de conhecimentos. A pesquisa mostra que, entre os entrevistados, 55% consideram que aprendem nestes eventos, sobretudo, quando trata-se de questões que eles vivenciam na prática. Por outro lado 25% disseram não assimilar bem as informações e consideram que há muita contradição em relação ao que eles já conhecem. Os outros 20% não definiram bem sobre o aproveitamento nestes eventos e apenas alegaram que as informações são transmitidas de forma muito rápida.

A extensão rural alcança 23 das 40 propriedades que compõe a amostra, perfazendo uma parcela de 57,5%. Entre as que recebem a assistência, foram citados em uma a Secretaria Municipal de Agricultura, em cinco a EMATER, em quatro a Cooperativa Agropecuária Ltda de Uberlândia (CALU), em quatro as revendedoras de insumos agropecuários, em sete outras instituições e duas não definiram de qual órgão recebem assistência técnica (Figura 4).

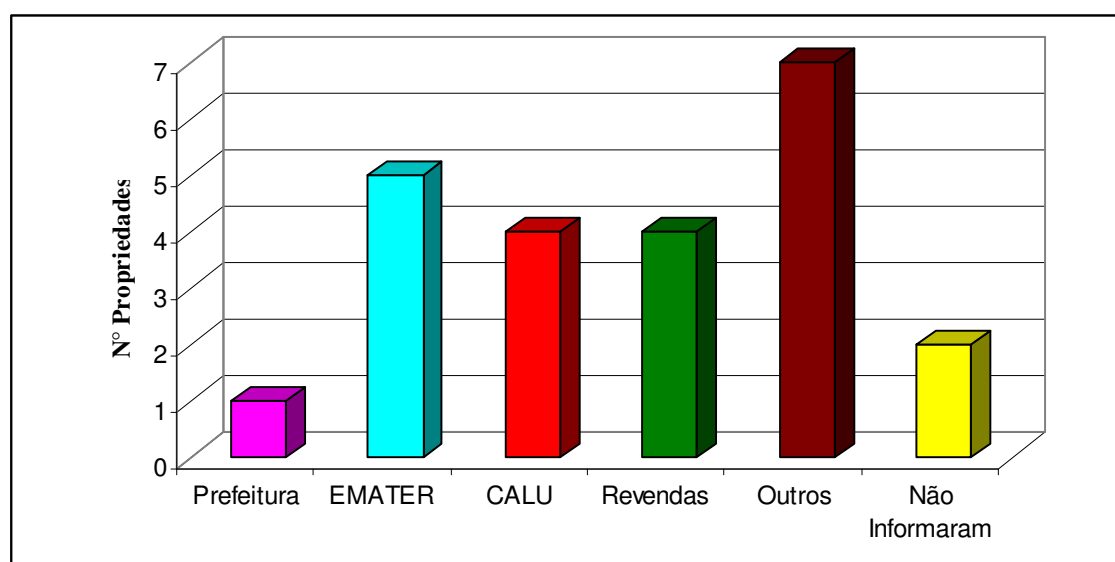


Figura 4: Órgão de assistência técnica.

Quanto ao serviço, na opinião dos produtores, aproximadamente 87% consideram que houve mudanças significativas a partir da produção orientada. Entretanto 4,35% não constataram estas mudanças e 8,69% alegam que pode ter ocorrido, porém não conseguem enumerá-las. O reconhecimento das mudanças confirma-se pela satisfação de receber a orientação técnica, tendo em vista, que entre os que desfrutam do serviço, 17 sentem-se satisfeitas com a ajuda prestada. Nenhum dos produtores desaprova o serviço, no entanto, acham que pode ser melhorado, principalmente se encurtasse os intervalos entre as visitas. Sobre a satisfação seis produtores preferiram não se manifestar.

Em relação ao uso da terra existe semelhança na distribuição das atividades, ou seja, a metade tem como atividade principal a pecuária e a outra metade a produção vegetal. Na primeira categoria a pecuária leiteira é unânime, sendo que todos os produtores são cooperados da CALU. Entre as que dedicam-se à produção vegetal, as hortaliças são as mais cultivadas, sendo comercializadas na CEASA de Uberlândia. Além disso, algumas propriedades realizam os dois tipos de produção, entre elas oito que dedicam-se à pecuária mas também produzem hortaliças, e quatro que além das hortaliças também produzem leite com fim comercial. Essa dupla natureza de produção se explica pelo fato do leite ser uma receita mensal mais segura além da possibilidade de comercialização de seus derivados nos locais onde os produtores vendem hortaliças.

Um outro ponto de vista sobre o uso da terra revela que os produtores têm receio quanto à troca de atividades, visto que apenas 20% já modificaram o foco da produção. Na opinião deles a mudança poderia causar a perda de compradores e conseqüentemente queda da renda. Além disso, teriam que recomeçar o aprendizado do novo processo de produção.

A agricultura orgânica é utilizada por somente 7,5% dos entrevistados, 30% nunca ouviram falar, e, 60% já ouviram falar, mas não conseguiram explicar do que se trata, e, os outros 2,5% alegam não funcionar na prática

Quanto à utilização de agrotóxicos, 80% (32 pessoas) utilizam em animais e plantas, e, 32,5% (11 pessoas) já tiveram problemas de intoxicação devido a não utilização de nenhum tipo de proteção (EPI). De acordo com o relato de uma entrevistada seu esposo faleceu devido ao manejo inadequado de produtos químicos. Mesmo diante, disso 2 entrevistados continuam não usando nenhum tipo de EPI para se protegerem.

A preservação do meio ambiente nas propriedades se limita ao uso de uma ou duas técnicas de preservação como: curvas de nível, preservação das matas nativas, limpeza de regos, devolução das embalagens de produtos químicos, recolhimento do lixo, queima de sacaria, preservação de minas de água e construção de lagoa de dejetos dos suínos. Percebe-se com isso, que os agricultores não utilizam o manejo adequado para preservação do meio ambiente, uma vez que são utilizadas no máximo duas técnicas e não todas em conjunto.

No que diz respeito à organização, 50 % participam de uma associação, cooperativa ou sindicato como: Clube das Mães, Associação do Cooperado do CEASA, CALU, Conselho da Cruz Branca, Conselho Martins, Suinocultura, e, nem todos esses entrevistados que fazem parte de alguma associação participam das palestras, cursos de treinamento e outros.

As opiniões sobre o associativismo são bem divergentes, ou seja, alguns produtores não têm opinião alguma, outros alegam ser só informação ou política, há os que acham que falta honestidade e união e também tem aqueles que acham que seriam bons para adquirir

conhecimentos ou garantia de trabalho (sobrevivência) e têm aqueles que alegam ter seu próprio horário e sistema de produção, por isso preferem trabalhar sozinhos.

A pesquisa possibilita identificar vários pontos em relação a serviços bancários; 35% não utilizam nenhum serviço bancário, enquanto 65% utilizam para conta corrente e poupança ou recebimento de aposentadoria. No item onde tratam da utilização de crédito rural (concedido pelo BNDES, PRONAF e Banco do Brasil) os 22,5% que utilizam adquirem tratores, bovinos, suínos e para a produção agrícola; quanto ao financiamento, os entrevistados acham complicado devido ao excesso de burocracia, juros, comprometimento dos bens materiais e há agricultores que não encontram dificuldade alguma, e, há aqueles que não possuem conhecimento sobre o assunto. Perante isto, observa-se a variação de conhecimento em uma mesma realidade de vida, onde todos têm acesso a benefícios rurais, porém, somente alguns fazem o uso destes.

Quando questionados a cerca da procura por atendimento médico, os motivos vão de exames rotineiros, ou preventivos, ao tratamento de tumores. No item relacionado a dificuldades encontradas para o atendimento, 52,5 % das pessoas afirmaram não ter nenhum problema; 37,5 % encontram alguma dificuldade (locomoção, demora no atendimento e marcação de consulta especializada) e 10% não tem problemas, pois tem plano de saúde ou realizam consultas particulares (Figura 5). Para cura 92,5% fazem o uso de plantas medicinais e 7,5% utilizam apenas alopáticos. Dos que usam plantas medicinais 87,5% nunca ouviram falar em intoxicação por plantas medicinais.

Dos 87,5% que já conhecem o termo medicina alternativa, 85% despertaram interesse em usá-la. Quanto à implantação de uma farmácia viva, 72,5% nunca ouviram

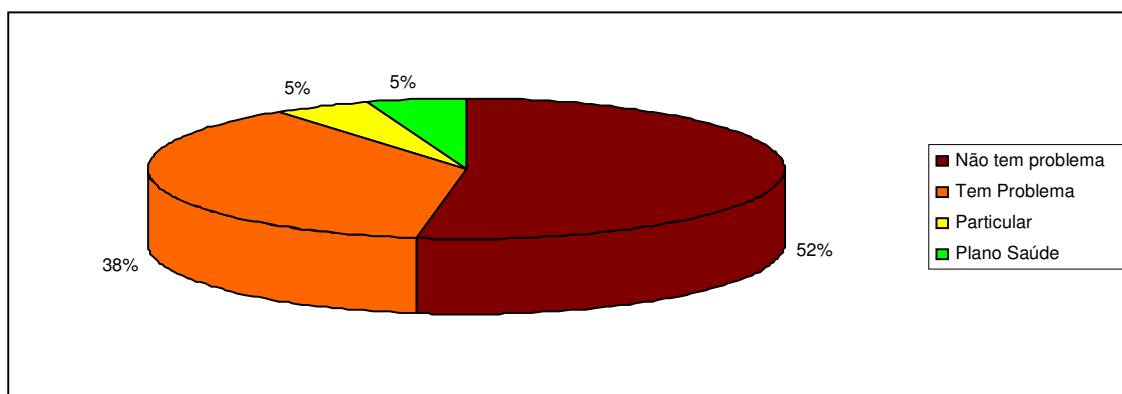


Figura 5: Atendimento médico por parte dos entrevistados.

falar 17,5 % não acham que atenderia às suas necessidades, e, 10 % não conheciam o termo mas já possuem sua farmácia em casa.

5 – CONCLUSÕES

A política pública de ATER é um valioso instrumento de geração de renda e promoção de desenvolvimento sustentável no campo, sobretudo para o setor de produção dos gêneros alimentícios básicos e em menor escala. Os resultados obtidos pela pesquisa junto com a observação in loco durante as entrevistas permitem inferir que a Extensão Rural tem potencialidade para cumprir esta função junto à agricultura familiar que circunda e abastece a cidade de Uberlândia. A aceitação entre os produtores de certa forma já é um grande passo para que isso ocorra. Entretanto, como ocorre em boa parte dos municípios brasileiros, o que se nota em relação aos órgãos públicos extensionistas é uma limitação quanto à prestação do serviço, atribuída principalmente à deficiência estrutural e o arrocho orçamentário sobre as empresa públicas de ATER. Por outro lado, a pesquisa também possibilita constatar que o modelo da ATER tem se distanciado muito em relação à proposta original da criação da Extensão Rural no Brasil. O aspecto educacional, as inovações, a importância da cooperação e do crescimento conjunto foi praticamente extinto da metodologia atual da ATER. Isso fica evidenciado pelo fato de que, na amostra, não há alternativas de produção como as atividades rurais não agrícolas que são marcadas

notadamente por trabalhos comunitário, segundo Souza (2002) as transformações atuais que se vêm produzindo no espaço rural não permite mais entendê-lo como espaço exclusivo de atividades agrícolas. Sobre a observação em relação a ATER em Uberlândia cabe ainda destacar que os produtores da CALU apresentam melhor infra-estrutura, demonstrando a importância da cooperação para pequenos produtores. Por outro lado, os que dependem exclusivamente da ATER pública ficam sujeitos à assistência das revendedoras, que primam por um viés produtivista e criam na atividade a dependência dos insumos para a melhoria da produção em termos quantitativos. De forma sucinta, o serviço público de Extensão Rural em Uberlândia configura-se como um processo pontual de transferência de tecnologia confrontando se com a demanda pluriativa da ATER para agricultura familiar. Neste sentido faz-se necessário uma revisão das estratégias de desenvolvimento, entendendo que é preciso haver um trabalho complementar entre os órgãos da ATER, com participação efetiva dos produtores e respaldo público via incentivo financeiro e educação, garantindo a inclusão social e melhor qualidade de vida nas propriedades familiares de Uberlândia.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. R. **O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro.** Cadernos do CEAS, Salvador, n. 167. p. 21-31, jan/fev. 1997.

ARAÚJO, J. G. Anais 1. **Seminário de Comunicação Rural**. Viçosa, 1994.

BRAGA, G. M.; KUNSCH, Margarida M. Krohling (org). **Comunicação rural: discurso e prática.** Viçosa/MG, Imprensa Universitária, 1993.

FONSECA, M. T. S. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FRANCIS, D. G.; BERNARDO, L. T. Agricultura familiar e sustentabilidade. In: SHIKI, S. et al. **Sustentabilidade Do Sistema Agroalimentar Nos Cerrados: entorno de Iraí de Minas Uberlândia: EDUFU, 2000.**

GRAZIANO da Silva, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas SP: Unicamp. IE, 1996. 217 p.

MARCO referencial In: WORKSHOP NACIONAL: **Uma nova assistência técnica e extensão rural centrada na agricultura familiar.** 1997 Brasília. Proposta ... Brasília: Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 1997.p. 9-22.

MEGIDO, J. L.; XAVIER, C. **Marketing & Agrobusiness.** São Paulo Atlas, 2000.

MENDES, T. L.; ALMEIDA, L. A. M.; FRANCIS, D. G. A importância e o potencial dos meios de comunicação em massa na difusão de tecnologias e informações para o homem do campo. **Revista Veterinária Notícias**, Universidade Federal de Uberlândia, v. 5, n. 1, 1999.

OLIVEIRA A. H. de. **A agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1997.

PIMENTEL, M. Sementes da Esperança. **Panorama Rural a revista do agronegócio**, São Paulo, v.4, n.61, p 32-38, OUT. 2003.

RIBEIRO, J. P. **A saga da Extensão Rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume, 2000. 270 p.

SOUZA M. Fundamento Teórico, crise e perspectivas da extensão no contexto do novo rural. **Extensão Rural**. Santa Maria, v. 4, p. 7-41, jan/dez, 2002.

VILLELA, M. H. **A pesquisa e a extensão rural no Brasil**. Disponível em [http:// www. agrolink.com.Br /agrolinkcolunistas](http://www.agrolink.com.Br/agrolinkcolunistas)

ANEXO I

Roteiro de entrevista. Comunicação Rural (confidencial)

Entrevistador/nome:.....Data: ____ / ____ / ____

1-Informações Gerais

Produtor (a):.....	
Fazenda:.....	Área.....ha.....
Município.....	Distância do município Km
Estrada: () asfalto () terra batida.	Meio de transporte.....
Energia Elétrica () sim () não	Telefone () sim () não nº.....

1.1 Qual a condição da posse da terra? () Própria () Arrendada () Alugada

1.2 Como adquiriu essa propriedade? _____

2-Composição Familiar

Membro	Idade	Est Civil	Mora na Prop.	Escolaridade	Ativ. Principal.*		Renda Mensal R\$
					Prop.	Fora	
Produtor							
Esposa							
Filhos 1°							
2°							
3°							
4°							
5°							
6°							
7°							
8°							

* tipos de atividades:

Na propriedade	Fora da Propriedade
1.administrador	1.administrador
2.trabalho qualificado	2.trabalho permanente
3.trabalho braçal	3. trabalho temporário
4.trabalho residencial	4.profissional liberal
5.trabalho parcial	5.trabalho doméstico

2. 1 A maior parte da renda provem da agricultura? () sim () não

2.2 A Quanto tempo trabalha com a agricultura? _____

2.3 Qual é a principal atividade na propriedade? _____

2.4 Além da principal

Agricultura () Quais culturas: _____

Pecuária () Qual: _____
Outras () Qual: _____

2.5 Já mudou sua atividade principal?

() sim () não Por quê? _____

3 Sobre a comunicação

3.1 Como você utiliza os meios de comunicação

() Para entretenimento () Programas rurais () Programas religiosos () Outros.

3.2 Quais as informações que você acha importante para o produtor rural?

Previsão do tempo, Preço das mercadorias agrícolas, Notícias da economia, Esportes, Outras.

3.3 Como você se informa?

Televisão. Programas / Canais _____

Rádio. Programas / Estação _____

Jornal escrito. Nome _____

Revistas. Nome _____

Técnico. Empresa _____

Boletins técnicos. Órgãos _____

Internet. Sites _____

() Conversas com amigos. () Lojas de produtos agropecuários. () Outros.

4 Transferência de informação técnica

4.1 Você entende fácil o que vê nos programas de televisão ou o que o técnico lhe explica?

() sim () não Por quê? _____

4.2 Já mudou alguma técnica de trabalho ou iniciou alguma atividade a partir disso?

() sim () não Por quê? _____

4.3 Você adota alguma técnica sem ver seu resultado na prática?

() sim () não Por quê? _____

5 Participação e Assistência Técnica

5.1 Você participa de Dias de campo, Palestras técnicas, Encontro de produtores? () Sim () não Por quê? _____

5.2 Aprende coisas práticas quando vai a este tipo de eventos? () Sim () não Por quê?

5.3 Recebe Assistência Técnica? () Sim () não.

De quem? _____

De que forma e Com que frequência? _____

5.4 Considera que houve mudanças após a assistência técnica? () Sim () não Quais?

5.5 Está satisfeito com essas mudanças? _____

Se não recebe. Sente falta de recebê-la? Por quê?

6 Organização

6.1 Participa de associação, cooperativa ou sindicato? () sim () não Qual? _____

6.2 Essa organização realiza palestras, curso de treinamento, encontros, distribui material informativo? () sim () não

Quais? _____

6.3 Qual sua opinião sobre o associativismo ou produção em parceria? _____

6.4 Você utiliza serviços bancários? () sim () não Por quê? _____

6.5 Faz uso de crédito rural? () sim () não Qual tipo? Para qual atividade?

6.6 O que pensa à respeito de financiamento? _____

7 Meio ambiente e saúde

7.1 Que tipo de adubação usa? Química (calcário /fertilizante) Orgânica (esterco /adubação verde /restos culturais)

Qual das duas o senhor utiliza em maior quantidade? Por que? _____

Usa algum tipo de agrotóxico na lavoura ou nos animais? () sim () não () não soube informar

Animais _____

Plantas _____

7.2 Alguém da família já sentiu algum problema devido ao uso de agrotóxicos? _____

7.4 Conhece ou já ouviu falar em agricultura orgânica? () Sim () não

O que o senhor faz para cuidar da preservação do meio ambiente na sua propriedade? _____

7.5 Alguém da sua família procura atendimento médico com frequência? () Sim () Não

Para quais problemas?

7.6 Quais as dificuldades enfrentadas relacionadas a atendimento médico?

7.7 Já utilizou plantas medicinais? () Sim () Não

Com que frequência _____

7.8 Já ouviu falar de intoxicação por plantas medicinais? () Sim () Não

Se sim, por quais plantas?

7.9 Tem interesse em saber mais sobre o uso das plantas como medicina alternativa?

() Sim () Não

Tem interesse em usá-la? ()Sim ()Não Por quê?

7.10 Já ouviu falar de uma Farmácia Viva? ()Sim ()Não

7.11 Acha que a implantação de uma “Farmácia Viva” atenderia as suas necessidades relacionadas ao tratamento de doenças? ()Sim ()Não

7.12 Que local seria adequado para implantação da Farmácia Viva?

Obrigado (a)!